

## Concursos federais terão cota de 20% para negros e pardos

Segue para sanção projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado que garante reserva nas seleções públicas que tiverem número de vagas igual ou superior a três

Com a presença, nas galerias, de representantes de organizações de defesa da igualdade racial, o Senado aprovou ontem proposta que pretende melhorar no serviço público federal a representatividade da população brasileira.

Os candidatos deverão declarar a etnia na inscrição e falsidades serão punidas com eliminação do concurso ou anulação da admissão. Deputados envolvidos na luta contra o preconceito participaram da sessão e parabenizaram os senadores. **3**



Senadores, deputados e a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros (blusa laranja), comemoram com Renan (C) a aprovação

Moreira Maniz/Agência Senado

José Cruz/Agência Senado



Mesquita (Oi), Zenteno (Claro), Abreu (TIM), senador Amorim, Valente (Vivo) e Levy (SindiTeleBrasil) no debate ontem

### Telefônicas atribuem falhas a falta de antenas

Empresas de telefonia justificam má qualidade nos serviços de celulares pela demora dos licenciamentos ambientais para implantação de novas antenas e elevada carga tributária sobre o setor. **5**

### Aprovada PEC dos servidores de Roraima e Amapá **3**

### Debatedores apontam irregularidades em mineradoras **9**

### Licitação simplificada deverá valer para presídios **4**

### Empresários recebem homenagem do Senado **2**

### Gabrielli: em 2006, compra de Pasadena foi bom negócio

Primeiro depoente à CPI do Senado que investiga a Petrobras, ex-presidente da estatal Sergio Gabrielli

afirmou que conjuntura do mercado em 2006 justificou compra de refinaria nos Estados Unidos. **11**

Genaldino Mangel/Agência Senado



Antonio Carlos Rodrigues, Sergio Gabrielli, Vital do Rêgo e José Pimentel



Na galeria do Plenário, apoiadores da PEC das Defensorias Públicas comemoram a aprovação da proposta

### PEC das Defensorias vai a promulgação

Por unanimidade, o Plenário aprovou a proposta que prevê defensorias públicas em todas as comarcas do país.

Atualmente, menos de 30% das comarcas contam com defensores públicos. A proposta agora vai para a promulgação. **7**

### Porte de drogas para uso pessoal divide opiniões **6**

### Avança texto que prevê ação contra doenças raras **8**

### Novo prazo para dívidas de faculdades **10**

Moreira Maniz/Agência Senado



# Senado premia referências do empresariado nacional

Sessão especial entrega Diploma José Ermírio de Moraes a quem contribuiu para o desenvolvimento do Brasil com exemplos de produção e de responsabilidade social, cultural e ambiental

EM SESSÃO ESPECIAL conduzida por Jorge Viana (PT-AC), o Senado entregou ontem o Diploma José Ermírio de Moraes, uma homenagem a empresários e empresas que são referência em produção e responsabilidade social, cultural e ambiental na contribuição para o desenvolvimento.

Foram premiados o presidente do Conselho de Administração das Baterias Moura, Edson Moura; o secretário-executivo do Fundo constitucional do Centro-Oeste em Goiás, Orcino Gonçalves da Silva Júnior; e o diretor do Grupo Edson Queiroz, José Edilmar Norões, representando Yolanda Vidal Queiroz.

— Procuramos identificar empresas e personalidades que são referências em nossa sociedade — disse Viana.

Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, Armando Monteiro (PTB-PE) fez uma reflexão sobre a indústria brasileira e clamou por um sistema de educação mais eficiente, que torne o trabalhador mais produtivo. Ele recomendou a construção de uma agenda pró-competitividade.

— O setor privado deseja



Armando e Viana (2º e 3º à esq.) conduzem a sessão entre os homenageados

que, através de uma aliança cooperativa, possamos atuar juntos para a produtividade.

Vice-presidente do conselho, José Agripino (DEM-RN) destacou que o prêmio oferecido representa todo o país.

— A Casa da Federação escolhe empresas que significam orgulho nacional.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que Goiás é o estado que mais cresce no país e o que mais gera emprego e renda.

—Esse desempenho acima da média é também resultado de talentos — disse ela, ao homenagear Silva Júnior.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que são exemplos como o de Yolanda que fazem com que as mulheres hoje par-

ticipem fortemente da gestão de empresas, totalizando 42% do empresariado, segundo o Sebrae. Ele assinalou que não adianta o Ceará e o Nordeste apresentarem desenvolvimento acima da média nacional quando o fundamental é investir em educação.

— Somente com novos conhecimentos científicos e tecnológicos é que vamos gerar produtividade para as nossas empresas, para os nossos serviços — disse Eunício.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Cyro Miranda (PSDB-GO) também elogiaram o espírito de iniciativa dos empresários e defenderam a indústria brasileira como fundamental para o avanço do Brasil.

## Congresso homenageia Coluna Prestes

Os 90 anos da Coluna Prestes — que percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil entre 1924 e 1927 — foram comemorados ontem em sessão solene realizada pelo Congresso Nacional. Estavam presentes, entre outros convidados, Maria Prestes, viúva do líder da coluna, Luiz Carlos Prestes; e o filho dela Luiz Carlos Prestes Filho. Cada um dos familiares dos participantes da Coluna Prestes recebeu um certificado honorífico, em honra à memória do movimento político-militar que se rebelou contra a República Velha e saiu em defesa do voto secreto, do ensino público e da obrigatoriedade do ensino primário para toda a população.

A sessão foi proposta pela deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) e pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Luciana afirmou que o espírito da Coluna Prestes deve permanecer na combatividade de juventude brasileira.

— Muitas lutas daquele período são atuais, como os direitos trabalhistas, as liberdades de voto e pensamento e o ensino público gratuito e de qualidade — afirmou.

Inácio Arruda lembrou que aqueles homens e mulheres queriam o progresso do país.

— Prestamos uma homenagem ao povo brasileiro, reconhecendo a luta desses jovens para resgatarmos no presente esse período da nossa história — acrescentou.

A sessão começou com mais de uma hora de atraso, às 13h10, e foi interrompida sob protestos às 14h, em razão do início da sessão ordinária do Plenário da Câmara dos Deputados.

### Livro e exposição

Após a sessão solene, os convidados se dirigiram ao Salão Nobre da Câmara, onde

acompanharam o lançamento da terceira edição do livro *Meu companheiro — 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*, da viúva Maria Prestes, e a abertura de exposição sobre os 90 anos da Coluna Prestes.

Prestes Filho lembrou a luta do pai contra o conservadorismo da época, o qual, segundo ele, ainda existe na política.

Maria Prestes agradeceu a homenagem. Para ela, poucos conhecem a trajetória do marido.

O livro, lançado nas línguas portuguesa e espanhola, tem o objetivo de “resgatar a história da Coluna Prestes como movimento libertário e democrático brasileiro”.



Inácio Arruda entrega certificado a Maria Prestes durante sessão do Congresso

## Alvaro cobra posição do PT sobre ameaças ao presidente do STF

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que a Polícia Federal já identificou os dois homens que fizeram, pela internet, ameaças de morte ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Segundo ele, ambos são do PT.

O senador lamentou que nem o PT nem o governo tenham feito pronunciamento.

— O ministro Joaquim Barbosa tem se constituído figura ímpar da República, que honra os brasileiros. O repúdio da tribuna é nosso dever, mas as instituições públicas devem agir, adotando providências. Esses dois criminosos em rede não podem permanecer impunes.



Waldemir Barrreto/Agência Senado

## Jarbas acusa petistas de disseminar ódio e gerar violência

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) manifestou preocupação com o recrudescimento da violência no país e atribuiu esse fato ao PT, que, na avaliação dele, instituiu uma política do medo e ódio, na qual os que fazem oposição ao governo são considerados inimigos do Brasil.

O senador lamentou que, em nome da continuidade no poder, o PT mostre ser aceitável qualquer ato para se manter na Presidência.

— Quem semeia ataques aos adversários pelas redes sociais e um aparato fascista travestido de esquerda, financiados por verbas publicitárias governamentais?



Waldemir Barrreto/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO José de Anchieta

12h Congresso homenageia o padre José de Anchieta, canonizado no dia 3 de abril. Na pauta, às 14h, substitutivo a projeto que institui o piso salarial para os agentes comunitários de saúde.

### PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h30 Renan Calheiros recebe o advogado-geral da União, Luís Adams; às 12h, preside sessão do Congresso; às 15h, reunião de líderes; e, às 16h, a ordem do dia.

### CI Deficiência em obras de engenharia

7h30 Audiência pública na CI debate carência e deficiência na realização de projetos e obras de engenharia. Na pauta, proposta que isenta a importação de equipamentos de energia solar.

### CAS Financiamento pelo DPVAT

9h O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres poderá financiar hospitais. É o que prevê projeto na CAS.

### CDR Política Nacional de Turismo

9h A CDR examina projeto sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do governo no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor.

### SENADO DO FUTURO Requerimento

9h45 A Comissão Senado do Futuro analisa pedido de audiência pública sobre o tema “Cenários do futuro nos próximos 50 anos”, com Domenico De Masi.

### CCJ Atos de vandalismo

10h A CCJ analisa o projeto que reprime atos de vandalismo. Também na pauta, a proposta que extingue terrenos de marinha e o que reintegra funcionários da Caixa demitidos entre 1995 a 2003.

### CDH Acessibilidade em calçadas

11h30 Está na pauta da CDH projeto que altera o Estatuto da Cidade e a Lei da Acessibilidade para garantir melhores condições de acesso das pessoas com deficiência em calçadas públicas.

### CCA1 Copa e sistema elétrico do país

14h30 A Copa 2014 e o sistema elétrico brasileiro são temas de debate da comissão. Convidado o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, José Elito Siqueira.

### CMO Análise de matérias

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para análise de matérias remanescentes.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública na **Comissão de Serviços de Infraestrutura**. Às 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Senado aprova cota de 20% para negros em concursos

Reserva será aplicada sempre que o número de vagas for igual ou superior a três. Censo de 2010 mostrou que só 30% dos servidores federais são negros, apesar de a proporção ser de 50,7% entre a população

O SENADO APROVOU ontem cota de vagas para negros ou pardos em concursos públicos federais. O projeto (PLC 29/2014), que segue para sanção, reserva 20% das vagas para órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

Na votação, Plenário e galerias contavam com a presença de deputados e representantes de entidades de defesa da igualdade racial. Pelo texto, de iniciativa do Poder Executivo, os candidatos deverão se declarar negros ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito de cor ou raça usado pelo IBGE. Haverá duas listas: a de ampla concorrência e a reservada. Se classificado no número de vagas oferecido no edital do concurso, o candidato negro será convocado pela lista de ampla concorrência. A vaga reservada será ocupada pelo próximo candidato negro na lista de classificação.

— Todas as pessoas vão disputar as vagas em pé de igualdade. Apenas na hora de preencher as vagas é que será observada a cota de 20% — explicou Ana Rita (PT-ES), que relatou o projeto na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A reserva de 20% será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a três. Ou seja, se forem três vagas, uma fica reservada a negros. A cota racial terá validade de dez anos e não se aplicará a editais que tenham sido publicados antes da lei. Punições para falsidade na declaração do candidato vão da eliminação do concurso à anulação do processo de admissão ao serviço.



Deputados e ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros (D), cumprimentam Renan

Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Humberto Costa (PT-PE) considerou histórica a aprovação.

— No nosso país, ao longo dos últimos anos, temos procurado enfrentar o problema secular da discriminação e do preconceito racial.

Humberto citou dados do Censo 2010 segundo os quais 50,7% da população brasileira é de negros e mestiços, número que, entre os funcionários públicos federais, fica em 30%. Quando os cargos são mais importantes, o índice cai ainda mais: entre os diplomatas, apenas 5,9% são negros; nos auditores da Receita, são 12,3%; e na carreira de procurador da Fazenda Nacional, 14,2%.

## Há 15 anos

José Sarney (PMDB-AP) lembrou ter sido o responsável por iniciar a discussão sobre cotas raciais no país, ao apresentar projeto de reserva no ensino superior e em concursos públicos, há 15 anos. O projeto foi considerado inconstitucional pela Câmara, sob o argumento de que criava discriminação.

— Invoquei o fato de que as discriminações positivas

estavam presentes na Constituição, como no caso dos deficientes físicos. Quero me congratular com a presidente Dilma, que, com sua sensibilidade, consagra, de uma vez por todas, este princípio — disse Sarney.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que neste mês completam-se 126 anos da Lei Áurea e 319 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

— Se ainda temos que discutir a instituição de cotas para acesso ao serviço público da parte da população negra é porque a Lei Áurea, embora se constitua um marco no processo de emancipação do negro, não trouxe os instrumentos que amparassem o negro no período pós-libertação — disse a senadora.

O Plenário rejeitou a emenda apresentada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que reservava 40% das vagas de concursos públicos federais a residentes do estado onde os cargos serão preenchidos. Essa emenda já havia sido rejeitada tanto na CDH quanto na CCJ. De acordo com o relator na CCJ, o conteúdo da emenda tratava de tema diverso ao contido no projeto em análise.

## Servidores de ex-territórios poderão ser integrados à União

Servidores públicos e policiais militares que tinham vínculo com os ex-territórios do Amapá e de Roraima na época da transformação em estados poderão ser integrados aos quadros da União. A possibilidade é aberta pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/2014, aprovada ontem pelo Senado com 64 votos favoráveis e nenhum contrário. Como houve apenas uma emenda de redação, o texto seguirá para promulgação.

O texto aprovado é resultado da junção de outras três propostas, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), da deputada Dalva Figueiredo (PT-AP) e do deputado Sebastião Bala Rocha (SD-AP). A proposta resultante foi negociada pelo deputado Luciano Castro (PR-RR).

O relator da PEC, José Sarney (PMDB-AP), lembrou que a proposta aplica aos estados do Amapá e de Roraima as medidas estabelecidas pela Emenda Constitucional 60/2009, que beneficiou servidores de Rondônia. A norma passou à União a responsabilidade pelo pagamento dos servidores e policiais militares admitidos até a posse do primeiro governador eleito no estado, em 1987.

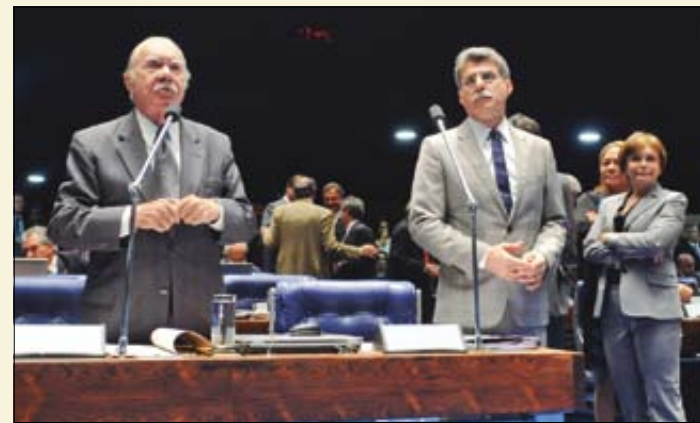
No Plenário, Sarney disse que se está corrigindo uma

injustiça, pois os servidores de Rondônia foram contemplados há quatro anos. No relatório, ele atesta que a emenda fortalece os dois estados, aliviando-os de obrigações financeiras originadas quando ainda não tinham autonomia total e a União influenciava a política de pessoal.

Os servidores admitidos entre a transformação em território, em 1988, e a instalação dos estados, em 1993, terão que ser enquadrados nos cargos para os quais foram admitidos ou cargos equivalentes. O prazo para que manifestem a opção de ingressar no quadro da União é de 180 dias após a regulamentação pelo governo.

Os senadores dos dois estados saudaram a decisão. Romero Jucá explicou que a proposta dá prazo de 180 dias para que a União regulamentamente o enquadramento dos servidores, garantindo direitos, vantagens e padrões remuneratórios. Se o prazo não for cumprido, eles terão direito ao pagamento das diferenças de remuneração retroativo à data-limite para a regulamentação.

Ângela Portela (PT-RR) lembrou que a PEC passou por uma longa batalha na Câmara depois de extensa negociação no Ministério do Planejamento.



Sarney foi o relator da proposta, também defendida por Jucá e Ângela

## Auditor do Tribunal de Contas da União fala sobre terceirização

O auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) Lúcio Flávio Ferraz deu palestra ontem a gestores de contratos do Senado. Com o tema “Boa gestão de contratos de terceirização”, ele falou sobre avanços devidos a mudança de normas e da jurisprudência relacionadas à contratação de mão de obra pela administração pública.

Ferraz é auditor há 14 anos e ocupou a Diretoria de Segurança e Serviços Operacionais do TCU por quase cinco anos. A unidade é uma das que têm maior volume de contratações desse tipo no tribunal, respondendo pela atividade

de aproximadamente 600 funcionários terceirizados em áreas como vigilância, limpeza e administração.

Ele disse que o TCU criou um grupo de trabalho para buscar

soluções a problemas enfrentados na contratação dessas empresas. Segundo Ferraz, havia produção excessiva de documentos, com fiscalização onerosa e pouco eficiente.

Além disso, contratos eram frequentemente rescindidos antes do prazo por falhas das empresas.

Para o auditor, é preciso “contratar bem” e compartilhar a fiscalização com os próprios funcionários terceirizados. Entre as soluções, ele apontou a checagem, por meio de amostra, do cumprimento das obrigações pela empresa e a orientação aos funcionários sobre os próprios direitos. Dessa forma, eles se tornariam parceiros na fiscalização.

O palestrante falou sobre a importância da separação entre as atividades de gestor e de fiscal de contratos, ficando

um responsável pelo processo de contratação e o outro pela fiscalização. Ele frisou que a fiscalização da execução pelo próprio gestor fica prejudicada, uma vez que esse tem que se preocupar com a parte administrativa.

— O gestor deve verificar questões do processo, como certidões e comprovantes de pagamentos. O fiscal vai checar se o chão foi limpo, se o armamento está com munição — exemplificou.

Vários diretores do Senado assistiram à palestra, além do diretor-geral, Helder Rebouças, e da diretora-geral-adjunta, Ilana Trombka.



Diretores do Senado assistiram a palestra sobre boa gestão de contratos



Proposta foi aprovada na versão original, com os senadores rejeitando ampliar o Regime Diferenciado de Contratações para todas as licitações públicas. Texto volta à Câmara

## Plenário aprova RDC para obras em presídios

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o texto original da Medida Provisória 630/2013, que possibilita o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) também em obras de presídios. O governo queria liberar o regime simplificado para todas as licitações públicas, mas recuou diante da pressão de senadores, inclusive da base de apoio. Com a rejeição da ampliação, o texto terá de voltar à Câmara dos Deputados, onde deve ser votado até 2 de junho para não perder a validade.

A MP foi editada como resposta ao agravamento da crise do sistema prisional em 2013. O texto permite o uso do RDC nas obras e serviços de engenharia relacionados à construção e reforma de presídios e unidades de internação de adolescentes infratores. A modificação que estendia o RDC a todas as licitações (PLV 1/2014) foi uma sugestão da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), aprovada em uma comissão mista e na Câmara dos Deputados.

Na última semana, durante a discussão da MP, senadores da oposição e da base do governo criticaram a mudança, citando um risco de a medida favorecer a corrupção. Além disso, parlamentares afirmaram que o argumento de maior rapidez no processo, defendido pela relatora, não se comprovou na prática.

### Acordo

Antes da votação, Kátia Abreu (PMDB-TO) propôs o retorno ao texto original da MP, o que já havia sido pedido por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-



Senadores Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino (de costas), Kátia Abreu e Wilder Moraes conversam sobre o RDC

SP) e Pedro Taques (PDT-MT). As mudanças pretendidas por Gleisi, segundo Kátia Abreu, seriam incluídas no PLS 559/2013, elaborado por uma comissão que estudou em 2013 o aperfeiçoamento da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Kátia foi relatora da comissão.

— Fizemos questão absoluta de preparar um projeto não que tivesse unanimidade, mas uma convergência da grande maioria dos senadores. É produto genuinamente do Senado, trabalhado pelos senadores da base, da oposição. Fizemos um trabalho suprapartidário — garantiu ela, que recebeu apoio de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou com a proposta de Kátia Abreu. A matéria deve ser discutida conjuntamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Infraestrutura (CI) e

de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, a previsão é que vá em regime de urgência para o Plenário.

— Essa proposta simplifica a tramitação, faz com que essa importante matéria seja apreciada conjuntamente pelas três comissões permanentes e que, em seguida, possa ser votada aqui no Plenário. Essa é, talvez, uma das mais importantes matérias a serem votadas no Senado em 2014 — disse Renan.

### Oposição e governo

José Agripino (DEM-RN), que também concordou com a mudança, lembrou que a volta ao texto original só se deu porque senadores da oposição e da base mantiveram posição contra a extensão do RDC a todas as obras públicas.

— O governo resolveu derrubar a sessão para evitar aquilo que ocorreria: a derrota — disse Agripino.

Os líderes do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), e do PT, Humberto Costa (PE), elogiaram o trabalho de Gleisi e defenderam o relatório dela, que incluiu a ampliação do regime.

Após concordar com a mudança no rumo da votação, Gleisi negou que seu relatório tenha significado uma tentativa de mera flexibilização da Lei de Licitações e afirmou que as alterações modernizariam a lei. A senadora pediu agilidade na votação do texto.

— O que nós não podemos é demorar mais com essa matéria. A administração pública e a gestão pública requerem urgência de modernização de procedimentos.

Criado em 2011, o RDC pretendia tornar mais ágeis as licitações de obras ligadas à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos de 2016. Com o tempo, o uso do regime foi estendido, por meio de me-

didias provisórias, a obras de engenharia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Sistema Único de Saúde (SUS) e do sistema público de ensino.

### Novo modelo

O RDC reduz prazos, modifica fases da licitação e permite a contratação integrada, em que uma empresa é contratada para toda a obra, do projeto ao acabamento. Pela Lei de Licitações, projeto e obra são fases separadas. Segundo os opositores da ampliação, a integração entre projeto e obra pode favorecer a corrupção.

O texto aprovado ontem revoga a obrigação de uso do critério de técnica e preço para julgamento na modalidade de contratação integrada. Segundo o governo, a iniciativa tenta aproximar o RDC da sistemática adotada na Lei de Concessões e Permissões Públicas (Lei 8.987/1995) e na Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei 11.079/2004). Essas leis permitem licitações sem a exigência de projeto básico, assim como ocorre com a contratação integrada, mas não obrigam o uso do critério de técnica em todas as hipóteses.

Com o fim da vinculação da contratação integrada a esse único critério, poderão ser usados tanto técnica e preço quanto outros critérios previstos na lei do RDC, como menor preço ou maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior oferta de preço ou maior retorno econômico.

## Projeto destina recursos para desenvolvimento urbano e Fies

A Comissão de Orçamento (CMO) aprovou ontem duas proposições que abrem crédito suplementar a obras de desenvolvimento urbano, ao financiamento do ensino superior e à segurança pública no Rio de Janeiro. Também foi aprovada instrução normativa que define normas para adequação de emendas individuais apresentadas ao Orçamento da União para 2014. As propostas ainda serão votadas pelos Plenários da Câmara e do Senado.

O Projeto de Lei do Congresso (PLN) 2/2014, de autoria do Executivo, abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades. De acordo com o governo, o dinheiro permitirá à administração direta apoiar a

Política Nacional de Desenvolvimento Urbano por meio da implementação de projetos de infraestrutura, com vistas a melhorar as condições sanitárias, de habitabilidade, mobilidade e acessibilidade urbanas.

Por sua vez, a MP 642/2014, cujo relatório foi aprovado pela CMO, abre crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões. A maior parte do dinheiro (R\$ 4,9 bilhões) é destinada ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). De acordo com o governo, o recurso garantirá a concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não gratuito, em razão de novas operações contratadas e da necessidade de renovação de contratos já formalizados.

A CMO volta a se reunir quarta-feira que vem, às 14h30.

## Novo quórum para resolver guerra fiscal

Uma nova regra que facilita a solução de impasses entre estados na guerra fiscal foi apresentada ontem por Luiz Henrique (PMDB-SC), relator do PLS 130/2014 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ele apresentou um substitutivo ao projeto, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), reduzindo o quórum de deliberação do Conselho Nacional de Política

Fazendária (Confaz) — da unanimidade para três quintos das unidades federadas e um terço dos estados de cada região.

A redução vale apenas para a convalidação de incentivos fiscais, a remissão (perdão) dos créditos tributários decorrentes da “guerra” entre os estados e a eventual reinstauração dos benefícios. Todas as decisões terão de ser tomadas pelos secretários estaduais de Fazenda,

que integram o Confaz.

A intenção é facilitar uma saída ordenada para o cenário que se impôs depois de reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade dos incentivos dados sem a unanimidade do Confaz.

O substitutivo de Luiz Henrique prevê que a concessão de remissão pelo estado de origem da mercadoria afasta as sanções previstas na Lei Complementar 24/1975. Entre elas, a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria.

Luiz Henrique informou ter acolhido uma emenda substitutiva apresentada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O ponto central dos dois substitutivos é a atribuição aos estados da decisão sobre remissão dos créditos tributários e a reinstauração de incentivos fiscais, com quórum reduzido.



Casildo Maldaner cumprimenta o autor do substitutivo, Luiz Henrique, na CAE



Presidentes das empresas dizem em audiência que má qualidade nos serviços de celular e internet sem fio são consequência da infraestrutura precária do Brasil

# Telefônicas culpam falta de antenas pelas falhas

PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA foram o principal argumento das empresas de telecomunicações para explicar falhas na telefonia móvel, em audiência pública feita ontem por três comissões do Senado. Diante das críticas de senadores à baixa qualidade da internet nos celulares — preocupação agravada pela proximidade da Copa do Mundo —, os presidentes das quatro maiores empresas disseram que a implantação de mais antenas vem sendo prejudicada pela demora dos licenciamentos ambientais.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Eduardo Levy, apesar disso, as empresas têm cumprido e até excedido as metas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a instalação de antenas de internet 3G e 4G.

— Se não houver antenas em profusão no país, nós teremos dificuldades de fazer com que, no deslocamento, as chamadas permaneçam em pé — explicou Levy.

Os empresários ressaltaram a importância de aprovar o projeto da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012), analisado no início de 2013 no Senado e

que, por ter sofrido alterações na Câmara, deve voltar a ser examinado pelos senadores.

Parlamentares mencionaram estudo da União Internacional de Telecomunicações (UIT) indicando que o preço do minuto em ligações para celulares da mesma operadora no país seria um dos mais altos do mundo: US\$ 0,71. Os presidentes das empresas disseram que, na prática, o valor é muito menor, pois a UIT teria se baseado em tabela da Anatel que informa o valor máximo. Segundo eles, a entidade não considerou os pacotes promocionais.

Os executivos reclamaram da carga tributária no Brasil, que seria, na média, mais do que o dobro da praticada pelo

segundo colocado na América Latina, segundo Levy.

— O Brasil pratica R\$ 0,15 o preço médio de minuto do celular. O brasileiro gasta em média, pelos dados do IBGE, R\$ 19,50 por mês com celular. Isso representa, para ele, menos de 1% da renda média — disse o dirigente.

## Cobrança sempre

O jornalista Leão Serva, da *Folha de S.Paulo*, defendeu o uso da tabela da Anatel, já que pacotes ilimitados de internet são cobrados quando o usuário excede os limites. Também é cobrado o tráfego de requisição de uma página na internet mesmo quando o usuário não consegue acessar a página.

— O preço promocional não pode ser levado em consideração para efeito de comparação.

Para Serva, a Anatel não está tendo capacidade de fiscalizar o serviço de telefonia móvel. Ele disse que, durante uma reportagem, documentou 115 telefonemas de usuários para a agência no dia 11 de março: apenas 10 se completaram e 105 deram ocupado. Das 10 ligações que se completaram, 8 caíram depois de 1 minuto.

— A Anatel anuncia no seu site que, no ano passado, atendeu 7,67 milhões de consumidores. Se isso reflete uma taxa de 1%, quer dizer que 875 milhões de ligações teriam sido feitas para a Anatel, 2,4 milhões por dia, sem sucesso.

O jornalista também criticou cobranças à parte, como tráfego de dados excedentes, que estariam previstas em letras miúdas nos contratos e não têm fiscalização da Anatel.

O presidente da Anatel, João Rezende, afirmou que a agência não fiscaliza a publicidade relacionada à internet, que integra, segundo ele, a relação da empresa com o usuário. Ele ressaltou que a agência acompanha irregularidades na velocidade do tráfego.

— O regulamento estabelece uma velocidade instantânea de 30% e uma média de 80%. Algumas empresas têm cumprido e outras não — disse.

Estiveram na audiência o presidente da Vivo, Antonio Carlos Valente; o presidente da Tim, Rodrigo Abreu; e o presidente da Claro, Carlos Zenteno. A ausência do presidente da Oi, Zeinal Bava, foi criticada por senadores e por cidadãos que participaram do debate pelo Portal e-Cidadania. Bava enviou o diretor Marcos Mesquita como representante.

A audiência foi promovida pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Serviços de Infraestrutura (CI).



Eduardo Amorim (4º à esq.) coordena a audiência pública conjunta com representantes das empresas de telefonia

## Parte dos estádios da Copa ficará sem testes de internet

Os presidentes das telefônicas disseram que, em parte dos estádios da Copa do Mundo — como os de Curitiba (Arena da Baixada) e de São Paulo (Itaquerão) —, provavelmente não haverá como fazer testes e ajustar os serviços de internet. Segundo eles, o prazo de implantação foi curto devido aos atrasos na entrega das obras.

Levy informou que, dos 12 estádios da Copa, 6 não autorizaram implantação de rede sem fio e o serviço ficará a cargo das próprias administrações dos estádios.

Segundo o presidente da Vivo, a instalação do serviço nos estádios segue cinco etapas. A primeira é a entrega da infraestrutura pelo operador do estádio. Depois vem a instalação da parte eletrônica, seguida pelas antenas e pela conectividade dos equipamentos. Por fim, são feitos ajustes no sistema, com testes.

— Em Curitiba e São Paulo, ainda que a gente vá trabalhar durante todo o período que nos seja permitido, possivelmente a gente não terá o tempo necessário — disse Valente.

## Senadores criticam baixa qualidade e cobertura limitada da telefonia celular

Apesar das explicações dos executivos, os senadores criticaram duramente as falhas nos serviços, como chamadas incompletas, perdas de ligações e cobertura restrita.

Jorge Viana (PT-AC), autor do requerimento da audiência, citou o elevado número de reclamações que recebe.

— Nós estamos falando de um serviço de primeira necessidade hoje. O cidadão brasileiro nos cobra.

Senadores do Norte e do Nordeste, como Eduardo Amorim (PSC-SE), Ivo Cassol (PP-RO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), reclamaram da cobertura limitada.

— Uma comunidade no meu estado, a Colônia Treze, é maior do que mais da metade dos municípios de Sergipe, e lá, lamentavelmente, não se tem acesso à telefonia móvel — reclamou Amorim.

Cassol disse que é preciso dar atenção à região amazônica, sempre lembrada por ser “pulmão do mundo”, mas esquecida quando se trata de serviços de telefonia.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) reclamou do rece-

bimento de mensagens como “esse número de telefone não existe” ou “esse telefone está programado para não receber chamadas” mesmo quando o usuário sabe que ligou corretamente. Segundo Serva, esse tipo de mensagem indicaria uma dissimulação de congestionamento.

— Isso paralisa o usuário do desejo eventual de reclamar.

A promotora de Defesa dos Direitos do Consumidor de Sergipe, Euzá Missano, afirmou que as reclamações são as mesmas e constantes.

— Apesar disso, não se encontra uma solução adequada — disse.

Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu que as comissões responsáveis pela audiência fixem prazos para que a Anatel exija serviços de qualidade das telefônicas, sob o risco de sanções previstas na legislação.

— A promessa feita pelas empresas de que o Brasil prestará serviço de qualidade nessa área durante a Copa do Mundo deve ser estendida para depois da competição também — cobrou.

## Viana cita a audiência pública em discurso e cobra qualidade no serviço

Em Plenário, Jorge Viana (PT-AC) ressaltou a importância de audiência, salientando que os brasileiros têm críticas à qualidade do serviço e às tarifas elevadas.

— Telefonia móvel, uso de telefone celular e de internet não é um artigo de luxo, é um artigo de primeira necessidade. O simples cidadão compromete boa parte do salário com a conta telefônica, com o celular, com a internet.

O senador lembrou que o Brasil tem mais de 270 milhões de usuários para uma população de 201 milhões de pessoas.

— Em 2012, a situação se agravou tanto que a Anatel suspendeu a comercialização de novas linhas até



Celular e internet não são artigos de luxo, resalta o senador

que um plano de ação fosse executado — disse o senador.

Viana lembrou o que já foi feito pelo governo, como a expansão da banda larga, com tecnologia 4G. Para ele, o Brasil está conquistando um sistema de comunicação que não deixa nada a desejar para qualquer país desenvolvido.

## Em debate, entraves a obras de engenharia

Hoje a CI vai debater em audiência pública interativa a carência e a deficiência da capacidade técnica na realização de projetos e obras de engenharia. Entre os convidados, está o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 7h30

- ▶ **Alô Senado:** [www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado)
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/logisticaCI>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **TV:** [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoInfraestrutura>



# Juristas admitem porte de droga para uso próprio

Descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal foi defendida por especialistas do direito em audiência na CCJ, mas profissionais da área médica alertaram para risco do aumento do consumo

**A DESCRIMINALIZAÇÃO** DO porte de drogas para consumo pessoal foi defendida pela maioria dos convidados reunidos em debate ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em especial por aqueles ligados ao direito. Já especialistas da área médica pediram cautela e apontaram a possibilidade de aumento do consumo de drogas pela redução da percepção de risco.

Para Maria Lucia Karam, da entidade Law Enforcement Against Prohibition (Leap), a criminalização do porte de droga, prevista na Lei 11.343/2006, fere a Constituição federal. Ela argumenta que a prática oferece perigo apenas à saúde do usuário, dizendo respeito a suas opções pessoais, sua intimidade e liberdade.

— Em uma democracia, o Estado não está autorizado a intervir em condutas dessa natureza. O Estado não pode tolher a liberdade dos indivíduos sob o pretexto de protegê-los. Enquanto não atinja concreta, direta e imediatamente um direito alheio, o indivíduo é e deve ser livre para pensar, dizer e fazer o que bem quiser — afirmou.

Também a professora Beatriz Vargas Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), criticou a criminalização do porte de entorpecentes e a ineficiência da política de combate às drogas.

— Em nome de uma abstrata saúde pública, os que defendem a criminalização do uso das drogas, por meio da prisão, têm produzido cadáveres, pessoas que morrem em nome dessa bandeira que é a guerra ao tráfico — disse a professora da UnB.



Juiz do Tribunal de Justiça de SP, Torres fala em reunião dirigida por Valadares (C)

A opinião foi compartilhada pelo juiz José Henrique Torres, do Tribunal de Justiça de São Paulo, para quem a política antidrogas fere diversos princípios constitucionais, como o da racionalidade.

## Riscos

Analice de Paula Gigliotti, representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, reconheceu os custos da criminalização, entre eles os gastos para o combate a traficantes e o estigma social do usuário de drogas, mas também apontou custos da descriminalização.

— [Pode haver] um possível aumento do consumo pela redução da percepção de risco e, com isso, o aumento dos danos à saúde — observou a médica.

Analice disse não haver informações suficientes para embasar mudanças na legislação e sugeriu pesquisas para subsidiar as decisões.

Também o médico e pesquisador José Alexandre de Souza Crippa, da Faculdade de Medicina da USP, analisou os riscos do consumo da maconha. Ele citou estudo feito na Suécia que acompanhou 50

mil pessoas por 35 anos e concluiu que o uso de maconha pode aumentar em 370 vezes as chances de esquizofrenia.

Na presidência do debate, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) detalhou mudança que apresentou ao artigo 28 da Lei 11.343/2006, que criminaliza o porte de droga. O parlamentar é relator, na CCJ, do PLC 37/2013, que reformula a lei.

Conforme explicou, o artigo estabelece que, para determinar se a droga se destina a consumo pessoal, o juiz considerará a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, a conduta e os antecedentes do agente.

A proposta de regulamentação da maconha foi feita por André de Oliveira Kiepper, do Rio de Janeiro, por meio do Portal e-Cidadania do Senado. Esse canal encaminha para a Comissão de Direitos Humanos (CDH) iniciativas da sociedade que recebem o apoio de, no mínimo, 20 mil pessoas. Caso seja acolhida pela CDH, a sugestão será transformada em projeto de lei.

# Sugestão popular propõe direito de portar arma a cidadão comum

A sugestão legislativa de iniciativa popular que permite ao cidadão devidamente qualificado o direito de portar arma (SUG 12/2014) será votada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A ideia foi apresentada no Portal e-Cidadania e obteve mais de 20 mil adesões.

Atualmente, pelo Estatuto do Desarmamento, só podem ter o porte de armas no Brasil integrantes das Forças Armadas, policiais, guardas municipais, agentes penitenciários, agentes de inteligência, empresas de segurança privada, esportistas que demandem o uso de armas de fogo, auditores fiscais, analistas tributários e quem

comprove uso da arma para subsistência. Para civis, o porte é permitido desde que se comprove atividade profissional de risco ou que ameace a integridade física.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o uso da arma deve ser privativo das Forças Armadas e de segurança.

— As sociedades que se armaram em demasia não deram em bom termo. A pior experiência nesse sentido é a da sociedade norte-americana — afirmou o senador.

Mário Couto (PSDB-PA) apoia porte de arma por civis.

— O cidadão tem que ter o direito legítimo de defesa. Isso é um direito constitucional. Sou a favor daquele que usa a arma legalmente, com porte de arma, com registro da arma, com inscrição na polícia — explicou.

Post publicado pelo Portal e-Cidadania no Facebook em 12 de maio teve mais de 400 compartilhamentos. Entre os comentários, está o de Fabiano Assunção. Ele

afirma que seria a favor do desarmamento se o Estado cumprisse o papel de desarmar o crime. Já Amilton Teixeira acredita que não é porque os bandidos têm acesso a armas que o cidadão também deve ter.

Na Câmara, projeto do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) revoga o Estatuto do Desarmamento e estabelece novas normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, além de prever penalidades.

No Senado, outro projeto (PLC 28/2014) — já aprovado pela Câmara — estende o porte para agentes e guardas penitenciários e portuários fora do horário de serviço.

**Ideia apresentada no Portal e-Cidadania recebeu mais de 20 mil adesões**



Atualmente, Estatuto do Desarmamento restringe uso de armas por civis

## Projeto contra exploração sexual de menor vai virar lei, diz Nascimento

Alfredo Nascimento (PR-AM) comunicou que a presidente Dilma Rousseff vai sancionar o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado que torna a exploração sexual de crianças e adolescentes crime hediondo, com punições mais severas, excluindo a possibilidade de liberdade sob fiança (PLS 243/2010).

O senador disse que a aprovação do projeto, de autoria dele, é uma prova de que o Brasil não tolera a prática, “que destrói a esperança de muitas crianças”. Ele acrescentou que na Região Norte a exploração de crianças e adolescentes constribe a população.

— Conseguimos dar uma resposta à sociedade que há anos pede medidas mais severas para punir esse crime abominável. É um sinal inequívoco àqueles que se dedicam a essa prática de que o Brasil não tolera a exploração de crianças e está atento e mobilizado no seu combate — afirmou.

## Segundo Malta, Brasil é vendido no exterior como “paraíso da pedofilia”



Alfredo Nascimento/Agência Senado

Ao lembrar que o domingo passado foi o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Magno Malta (PR-ES) afirmou que a presidente Dilma Rousseff deve sancionar hoje o projeto que torna a pedofilia um crime hediondo.

O senador disse que a pedofilia é um crime nefasto, “que violenta as emoções da criança e prejudica seu futuro”. Ele considera a sanção da proposta importante, especialmente neste momento em que o país se prepara para receber milhares de turistas de várias partes do mundo. Alguns deles, segundo Malta, são pedófilos.

— O mundo vai aplaudir este país quando tornar [a pedofilia] crime hediondo. Estamos no limiar da Copa, quando alguns pedófilos virão para este país porque é vendido lá fora como um paraíso da pedofilia.

## Humberto critica proposta que agrava punição para atos de vandalismo



Humberto Costa/Agência Senado

Humberto Costa (PT-PE) disse esperar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeite o projeto que agrava a punição para atos coletivos de vandalismo. Para ele, o texto é um obstáculo ao exercício dos direitos individuais e coletivos e criminaliza os movimentos sociais.

O senador sublinhou que a sociedade demanda uma resposta aos atos de violência em manifestações de rua, mas com o reforço da polícia e do Judiciário para que seja cumprida a lei existente. Para ele, o Brasil precisa defender o direito de livre expressão do povo.

— Se de fato há a infiltração do crime organizado, que os órgãos policiais utilizem a inteligência para desmontar essas instituições criminosas. Se há organizações políticas que defendem um caminho não democrático e estimulam essas manifestações, que sejam identificadas e punidas com o rigor da lei.



# Senado aprova PEC que prevê defensorias públicas em todo o país

Apesar de ter sido prevista em 1988, entidade, que atende a população carente, está presente em apenas 28% das comarcas

EM DUAS VOTAÇÕES unânimes, o Senado aprovou ontem a PEC das Defensorias, que fixa prazo de oito anos para que União e estados dotem todas as comarcas de defensores públicos. A PEC 4/2014 será promulgada pelo Congresso.

— Hoje entregamos o grande sonho dos defensores públicos de todo o Brasil — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A PEC é dos deputados Mauro Benevides (PMDB-CE), Alessandro Molon (PT-RJ) e André Moura (PSC-SE), todos presentes ontem no Senado. Foram 61 votos favoráveis na votação em primeiro turno e 59 em segundo turno.

A PEC determina que o número de defensores será proporcional à demanda pelo serviço e à respectiva população. Durante oito anos, os defensores deverão trabalhar prioritariamente nas regiões com maiores índices de exclusão social e de grande concentração de habitantes.

A proposta amplia a definição de Defensoria Pública na Constituição, classificando-a como “instituição permanente e instrumento do regime democrático”.

A Defensoria Pública foi prevista na Constituição, em 1988, como forma de assegurar a todos os necessitados o acesso à Justiça. Cabe ao defensor orientar o cidadão de forma



Na galeria do Senado, defensores públicos comemoram aprovação da PEC que prevê o serviço presente no país todo

gratuita em questões e processos judiciais. Apesar de a Constituição ter sido promulgada há 20 anos, a instituição ainda não funciona plenamente no país.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que há defensores públicos em apenas 28% das comarcas brasileiras.

## Justiça social

Os senadores presentes no Plenário apoiaram a PEC. Eduardo Amorim (PSC-SE) lamentou a baixa presença da Defensoria Pública nas comarcas. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que a emenda constitucional “vai garantir justiça para os mais pobres”.

Para Renan, a aprovação da PEC fortalece as condições para o exercício da atividade do defensor público como agente da transformação social.

— O compromisso do Senado

é com o fortalecimento das instituições e com a justiça social.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que os defensores públicos defendem “a parte mais frágil da sociedade, aqueles que não têm recursos”. Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a democracia brasileira “está de parabéns”. Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que a aprovação da PEC “faz justiça a quem faz justiça ao povo brasileiro”.

José Pimentel (PT-CE) acredita que a emenda vai assegurar um defensor público em cada vara da Justiça. Ana Rita (PT-ES) acrescentou que o Congresso estava dando “caráter permanente e definitivo às defensorias públicas”. Paulo Paim (PT-RS) destacou a coragem de Renan em pôr em pauta a PEC das Defensorias.

Os seguintes senadores também ressaltaram a importância

dos defensores públicos: Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Gim (PTB-DF), Eduardo Braga (PMDB-AM), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Sérgio Petecão (PSD-AC), Mário Couto (PSDB-PA), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR), Humberto Costa (PT-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Cristovam Buarque (PDT-DF), Lindbergh Farias (PT-RJ), Ana Amélia (PP-RS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jader Barbalho (PMDB-PA), Wellington Dias (PT-PI), Ivo Cassol (PP-RO), Pedro Taques (PDT-MT), Jayme Campos (DEM-MT), Anibal Diniz (PT-AC), Benedito de Lira (PP-AL), Paulo Davim (PV-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP), entre outros.

A presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Patrícia Kettermann, assistiu no Plenário à votação da PEC.

## Juízes pedem aprovação de gratificação por tempo de serviço

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ouviu ontem de representantes de entidades do Poder Judiciário o pedido pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 63/2013.

A PEC garante que integrantes da magistratura e do Ministério Público tenham direito à gratificação por tempo de serviço, além de assegurar, aos que ingressarem nessas carreiras, a contagem do tempo de serviço em carreiras anteriores, incluindo a advocacia.

Em relatório favorável, Vital do Rêgo (PMDB-PB) diz, que com a proposta, “busca-se enfatizar o papel de juízes, procuradores e promotores e, ao mesmo tempo, permitir premiar a experiência acumulada por eles individualmente”.

As entidades representadas ontem no Senado foram a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação Alagoana de Magistrados (Almagis) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

## Mulheres agredidas não denunciam por terem medo, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se disse preocupada com o aumento da violência no país, especialmente contra as mulheres. A senadora citou os casos de Ane Kelly Santos, uma manicure que foi morta por ter furtado um pacote de biscoitos em São Paulo, e o de Fabiane de Jesus, que foi espancada até a morte depois de ter sido confundida com uma sequestradora de crianças.

A senadora disse que as mulheres, por serem mais frágeis, são mais vulneráveis à violência. Ela crê que a situação só vai mudar quando toda a sociedade, mulheres e homens, denunciar qualquer tipo de agressão contra elas.

Apesar de existir um número de telefone específico para receber denúncias de violência contra as mulheres — o Ligue 180 —, o temor delas impede que os casos sejam comunicados às autoridades, lamentou Vanessa.

— Diariamente milhares de mulheres são agredidas física e psicologicamente, mas não denunciam seus algozes ou por vergonha ou, na grande parte das vezes, por medo.



Ana Rita (2ª à esq.) conduz audiência pública sobre violência contra as mulheres

## Serviço para vítimas de violência doméstica funciona mal, diz Ana Rita

Não basta ampliar os serviços de assistência a mulheres vítimas de violência doméstica se os profissionais não estiverem preparados para fazer um bom atendimento. A observação foi feita pela presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Ana Rita (PT-ES), em uma audiência pública ontem sobre programas de capacitação de servidores públicos que atuam na área.

— Constatamos [na CPI da Violência contra a Mulher] que nem sempre os cursos atingiam

seu objetivo, pois nem sempre havia mudança no comportamento dos servidores públicos que atendem as mulheres. Os cursos não tinham avaliação da capacitação recebida e do objetivo, que era promover a qualificação no atendimento.

De acordo com o representante do Ministério da Justiça, José Francisco da Silva, a pasta promove cursos presenciais e a distância para policiais civis e militares, como o de abordagem investigativa na violência contra a mulher, que também envolve profissionais de saúde.



Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin e Alfredo Nascimento em foto da campanha

## Procuradoria da Mulher lança campanha por nigerianas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que está à frente da Procuradoria da Mulher do Senado, lançou ontem a campanha #DevolvamNossasMeninas, pela libertação de mais de 200 estudantes nigerianas sequestradas no país africano. Segundo o grupo Boko Haram, responsável pelo sequestro, as jovens só serão soltas se o governo libertar militantes presos.

O pronunciamento da senadora foi acompanhado por especialistas da ONU Mulher, que estiveram no Senado para fazer foto com cartaz onde está

escrita a frase da campanha.

Vanessa demonstrou preocupação com a situação das estudantes. Há relatos de que meninas estão sendo submetidas a até 15 estupros diários.

— A violência contra as mulheres é um mal que se alastra pelo mundo. É inaceitável. A Procuradoria da Mulher está engajada nessa campanha.

Ao menos 16 senadores já aderiram à campanha. Um álbum de fotos com senadores simpáticos à causa será criado no Facebook ([www.facebook.com/procuradoriamulher](http://www.facebook.com/procuradoriamulher)).



# Segue para votação final a criação da Política Nacional para Doenças Raras

Projeto prevê ações de tratamento pelo SUS, cadastro nacional, incentivo à pesquisa científica e programa de acesso a medicamentos

AS DOENÇAS RARAS, que afetam até 65 em cada 100 mil habitantes, poderão ser enfrentadas por uma política nacional. Ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto (PLS 530/2013) de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que estabelece diversas ações no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Estima-se que existam de 6 mil a 8 mil enfermidades desse tipo e que o total de pessoas afetadas chegue a 13 milhões. O projeto prevê que a política será implementada de forma descentralizada, integrada e articulada entre União, estados e municípios. Haverá plano de ação anual, previsão de recursos orçamentários (em cada esfera de governo), criação de centros de referência para tratamento, elaboração de cadastro nacional e política farmacêutica que garanta o acesso a medicamentos.

Também está previsto estímulo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico para prevenção e tratamento, com ênfase na produção de novos medicamentos e imu-



Relator do projeto, Suplicy apoiou exposição sobre doenças raras com a atriz Cláudia Rodrigues, que tem esclerose múltipla

nobiológicos. Outra diretriz é a capacitação de profissionais de saúde, gestores, cuidadores, familiares e responsáveis.

A proposta altera a Lei 6.360/1976 para viabilizar a importação de "medicamento órfão", destinado especificamente ao tratamento de doença rara. Pelo projeto, a importação desse tipo de medicamento ou imunobiológico, com base em prescrição médica, independe de licença ou de registro de autoridade sanitária, desde que não se destine à comercialização.

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou voto favorável e costuma acompanhar a questão. Em fevereiro, participou da exposição de fotos *Eu Luto pela Vida*, no Senado, onde uma das retratadas era a atriz Cláudia Rodrigues, que sofre de esclerose múltipla. Suplicy lembrou que em outubro o Senado aprovou e encaminhou à Câmara o PLS 231/2012, que garante a aplicação mínima de 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde no desenvolvimento

tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos e outras modalidades terapêuticas. Caso aprovada, disse ele, a proposição assegurará uma importante fonte de recursos para a Política Nacional para Doenças Raras, de que trata o projeto aprovado ontem.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacaram a importância da criação da Política Nacional para Doenças Raras.

Reportagem especial sobre doenças raras: <http://bit.ly/Cidadania462>

## Debatedores pedem lei sobre saúde de servidor

A aprovação de lei nacional e unificada para definir quem deve normatizar e fiscalizar para garantir segurança e saúde ocupacional no serviço público foi apresentada como questão de urgente interesse durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem.

O apelo para a aprovação da lei veio do engenheiro Francisco Machado, que preside o Fórum Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (FNDES), uma ONG dedicada ao tema da saúde e da segurança no trabalho. Ele explicou que a legislação específica sobre o tema está prevista na Constituição de 1988, mas até hoje não foi aprovada.

— Os servidores estão desguarnecidos. Se não existe legislação, não há fiscalização e muito menos estatísticas sobre acidentes e doenças ocupacionais no serviço público — criticou Machado.

Para o emprego no setor privado, existem as normas regulamentadoras, conhecidas como NRs, que fornecem orientações sobre procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e medicina do trabalho. Para suprir o vácuo na esfera pública, a entidade

elaborou um anteprojeto como subsídio a uma proposta do Executivo, o qual foi entregue à CAS durante a audiência. Waldemir Moka (PMDB-MS), que preside a comissão, e Paulo Paim (PT-RS), o proponente da audiência, imediatamente se prontificaram a encaminhar o texto.

Depois de observar que a iniciativa do projeto compete de fato ao Executivo, Moka salientou, no entanto, que o avanço da proposição depende da mais ampla convergência entre as representações dos servidores, bem como entre as diferentes áreas de governo.

— Enquanto não se tiver um texto convergente, haverá uma desculpa para o governo não enviar o projeto — disse o senador.

Fernando Donato Vasconcelos, do Ministério do Trabalho e Emprego, em um panorama da política nacional de segurança no trabalho, registrou que morrem por ano mais de 2,8 mil pessoas em decorrência de acidentes de trabalho. Na comparação com a população empregada, a taxa de óbitos vem caindo. Diante do número absoluto de mortes ainda elevado, porém, Vasconcelos disse que a redução da taxa não representa conforto.

— Isso nos deixa tranquilos. Temos obrigação de inspecionar e reduzir esse número — observou.

Depois de ouvir todos os expositores, Paim afirmou que, em relação a acidentes de trabalho, a situação do país ainda é muito ruim. A seu ver, as estruturas de fiscalização precisam de reforço, já que o número de auditores caiu enquanto o país passou a ter mais de 20 milhões de novos empregos nos últimos dez anos.

— Por que não se contratam mais fiscais? São vidas que estão em jogo e sequelas que não se curam mais — protestou.



Jorge Machado, do Ministério da Saúde, faz explanação durante audiência da CAS presidida por Waldemir Moka (C)

## Paulo Paim cobra do governo pagamento a aposentados do Aerus

O senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou o cumprimento da decisão do Supremo



Moema Mariz/Agência Senado

Tribunal Federal (STF) de pagar indenização de R\$ 5 bilhões à Varig, o que deve beneficiar aposentados e pensionistas do fundo Aerus.

Ele lembrou que muitos aposentados já morreram, esperando receber os benefícios.

— Cerca de 900 idosos já morreram sem receber nem um centavo sequer do que tinham direito. Hoje, 9 mil idosos esperam ansiosamente uma solução. Os idosos do Aerus, aposentados e pensionistas, não podem esperar mais — afirmou o parlamentar.

Paim também disse que o projeto que altera a regulamentação do trabalho dos caminhoneiros (PL 5.943/2013) precisa ser analisado com profundidade pelo Senado. Para ele, o texto retira direitos como a fixação da jornada de trabalho e o tempo de descanso.

## Legislação que fixa início de tratamento de câncer é discutida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convidou autoridades e especialistas em saúde para um debate amanhã sobre o primeiro ano de vigência da Lei 12.732/2012, que fixa em até 60 dias o prazo máximo para o início do tratamento, no Sistema Único de Saúde (SUS), de pacientes com câncer.

De acordo com a lei, o prazo começa a ser contado a partir do dia em que for definido o diagnóstico, com laudo patológico.

A determinação vale tanto para pacientes que necessitem de sessões de quimioterapia ou de radioterapia quanto para pacientes que precisem de cirurgia.

A audiência pública foi proposta por Ana Amélia (PP-RS), que relatou o projeto que deu origem à lei. A norma foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em novembro de 2012 e entrou em vigor em 2013.

Foram convidados para o debate representantes do Ministério da Saúde, da Procuradoria-Geral da República, do Tribunal de Contas da União e da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, entre outras entidades.



Parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil apontaram, na CDH, várias irregularidades cometidas pela Vale do Rio Doce

## Debatedores denunciam violação de direitos humanos por mineradoras

OS CONVIDADOS PARA a audiência realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) criticaram irregularidades e violações de direitos humanos cometidas pela Vale do Rio Doce, pelo conglomerado Anglo-Americano e por outras empresas que atuam na área de mineração.

Subfaturamento das exportações de minério, sonegação de impostos, práticas ilegais de espionagem, destruição da natureza e uso de trabalho escravo e infantil foram algumas das irregularidades citadas pelos convidados.

— Hoje, mais do que nunca, se tem que ter um olhar para o minério que está embaixo da terra, também tem que ter um olhar para o meio ambiente e para as pessoas que estão em cima da terra. Ao discutir o novo código de mineração isso tudo tem que ser pensado — defendeu o deputado estadual de Minas Gerais Durval Ângelo.

O representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, disse que “a Vale é uma fraude” que fere os direitos humanos e a economia nacional e solicitou aos parlamentares que aproveitem a CPI da Petrobras para investigar as atrocidades cometidas ao longo dos anos pela empresa.

— No auge do preço da tonelada de ferro, em 2011, a Vale teve de lucro de R\$ 29

bilhões e não pagou nada de imposto para as populações locais — protestou.

### Doação

O representante do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Carlos Bittencourt, lamentou o alto impacto que as grandes empresas mineradoras têm sobre a própria democracia, já que exercem um papel importante na doação para campanhas eleitorais.

Segundo ele, o relator na Câmara do projeto do Código Nacional de Mineração, deputado Leonardo Quintão, feriu o decoro parlamentar por possível conflito de interesse, já que 20% do financiamento da campanha eleitoral dele foi feito por empresas do setor mineral.

— Já fizemos essa denúncia

na Câmara, mas infelizmente nossa representação foi arquivada pelo presidente da Casa, Henrique Alves — lamentou.

O deputado Padre João lamentou que os problemas que envolvem a mineração se iniciem no processo eleitoral e destacou a importância do debate sobre financiamento público de campanha na reforma política.

Durval Ângelo destacou a falta de políticas públicas para “combater a insanidade que empresas como a Vale cometem” com comunidades de Minas Gerais e lamentou que haja uma cumplicidade dessas empresas com o poder público local. O deputado ressaltou que a cumplicidade das empresas não se manifesta somente no poder político, mas também no Judiciário, que aprova, constantemente,

projetos poluidores do meio ambiente sem nenhum estudo de impacto ambiental.

— Os governos estaduais e federais são omissos, coniventes e, em alguns momentos, cúmplices de uma situação dessas. É lamentável — disse.

De acordo com o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre Ari Antônio dos Reis, outro fator que dificulta a luta de comunidades contra a expansão de empresas mineradoras é a mentalidade que persiste na elite e em grande parte dos governantes de que o bom cidadão é aquele que não protesta.

Para ele, devido a esse tipo de pensamento, vários movimentos sociais ainda são tratados como questão de polícia e não como indivíduos que buscam o bem comum.



Sonegação de impostos, prática de espionagem, destruição da natureza e trabalho escravo foram denunciados na CDH

## Mozarildo: reforma política precisa ser aprovada

O Congresso Nacional precisa chegar a um acordo para aprovar mudanças nas regras político-eleitorais que ajudem a combater o abuso do poder econômico nas eleições e a corrupção. O alerta foi feito, mais uma vez, pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), em pronunciamento ontem.

Ele reclamou do direito que têm os governantes de disputarem a reeleição sem precisar deixar o cargo. Segundo o senador, isso permite que a pessoa fique quatro anos no cargo fazendo campanha.

— É preciso que haja um movimento cívico, não de boicotar a eleição, mas, sim, de selecionar os candidatos de acordo com a Lei da Ficha Limpa: você tem que analisar a vida de uma pessoa que se candidata, seja a vereador, a prefeito, a governador, a deputado federal, a senador, e mesmo a presidente da República, para que não haja realmente brecha para aqueles que gostam de corrupção se eleger — explicou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Eleitores estão mais exigentes, afirma Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) disse ontem que “o povo quer saber e tem o direito de saber” o que a presidente Dilma Rousseff, que disputa a reeleição, e os candidatos da oposição pretendem fazer para manter e ampliar os avanços sociais e econômicos obtidos pelo país nos últimos anos.

— Os eleitores estão muito mais exigentes e querem mais de tudo: mais educação, mais saúde, mais investimentos, mais empregos, melhoria salarial. E não é só com conversa que se consegue isso, tem que mostrar na prática quais são as propostas para isso.

O senador perguntou se os candidatos da oposição irão ignorar conquistas dos governos Lula e Dilma, como os 50 milhões de brasileiros amparados pelo Programa Bolsa Família, o aumento do acesso do jovem de baixa renda ao ensino superior com o Prouni, o incremento das políticas de inclusão e a ampliação dos investimentos agrícolas.

O senador perguntou se os candidatos da oposição irão ignorar conquistas dos governos Lula e Dilma, como os 50 milhões de brasileiros amparados pelo Programa Bolsa Família, o aumento do acesso do jovem de baixa renda ao ensino superior com o Prouni, o incremento das políticas de inclusão e a ampliação dos investimentos agrícolas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Comissão discute baixo carbono na agricultura

O aumento de uso de técnicas de baixa emissão de carbono em atividades agrárias depende de um amplo leque de investimentos e ações por parte do Estado e do setor privado. Para os debatedores que participaram da audiência pública realizada ontem pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), o objetivo de diminuir as emissões de carbono no campo só será alcançado com capacitação, assistência técnica, financiamentos a juros baixos e investimentos em logística, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A agropecuária de baixa emissão de carbono usa técnicas de produção com o objetivo de lançar menos gases de efeito estufa na atmosfera, sendo o principal deles o gás carbônico. Em vez de ser lançado na atmosfera, o carbono fica retido no solo, o que acaba por enriquecê-lo.

O especialista em transfe-

rência tecnológica da Embrapa Cerrados Luiz Adriano Maia salientou que o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões totais de gases causadores do efeito estufa entre 36% e 39% até 2020. Assim, uma das iniciativas do governo foi a criação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

Maia citou como exemplos

de técnicas de mitigação a recuperação de pastagens degradadas, o reflorestamento, o plantio direto, o tratamento adequado de dejetos animais e a chamada integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Para a recuperação de áreas degradadas, a ILPF promove, na mesma propriedade, diferentes sistemas produtivos em busca de maior fertilidade do solo.

O assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Nelson Ananias Filho afirmou que as ações de mitigação têm como objetivo o aumento da produtividade de maneira sustentável, sem ampliação da área de plantio. Ele disse ser necessária a capacitação dos produtores rurais e dos técnicos que elaboram os projetos para que esses produtores tenham acesso ao financiamento do Plano ABC. Para ele, o plano vem estimulando a redução do desmatamento e a adoção de práticas sustentáveis.

Para os representantes do Ministério da Agricultura na audiência, José Guilherme Leal e Elvison Nunes Ramos, o produtor rural precisa ser convencido de que o Plano ABC vai aumentar sua produtividade.

Eles explicaram que, para cumprir os objetivos do Plano ABC entre 2011 e 2020, serão necessários R\$ 197 bilhões, financiados pelo poder público ou por meio de linhas de crédito.



Na audiência, Luiz Maia, Alfredo Sirkis, Elvison Ramos, José Leal e Nelson Ananias

Pedro Franco/Agência Senado



# Faculdades devem ter novo prazo para tributos federais

Plenário vai votar projeto que aprimora o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, que vem enfrentando dificuldades desde que foi criado, em 2012

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem uma nova oportunidade para instituições de ensino superior parcelarem dívidas referentes a tributos federais. A proposta, que agora segue para votação no Plenário em regime de urgência constitucional, reabre por 90 dias o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previsto no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

O projeto (PLC 32/2014) prevê também a remissão dos valores devidos à União a título de Imposto de Renda Retido na Fonte dos rendimentos pagos — bem como a anistia de multas, juros e encargos legais incidentes — no caso de instituições estaduais e municipais não gratuitas aderentes ao Proies que comprovem quitação direta ou indireta com estado ou município.

A adesão ao Proies, segundo o projeto, requer adesão ao sistema federal de ensino no prazo de 30 dias, contados da publicação da lei em que o projeto se transformar. O texto aprimora a execução do Proies nas ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)



Ferraço e Gleisi apoiam o projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos

e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Acrescenta às competências legais do FNDE a de operacionalizar a custódia, a movimentação, a desvinculação e o resgate dos certificados financeiros do Tesouro Nacional.

O Proies foi instituído pela Lei 12.688/2012 para viabilizar a continuidade das instituições de ensino superior. Entretanto, segundo o relator do projeto na CAE, Luiz Henrique (PMDB-SC), a eficácia do programa foi minada pelo curto prazo para adesão, pela complexidade das exigências, pelas restrições à participação das entidades e pelas dificuldades surgidas da interpretação desfavorável da Receita Federal sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte. Para o relator, o texto

aprovado pela Câmara, com alteração do projeto original do Executivo, é “uma oportuna e urgente correção de rumos”. A proposta foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no dia 13.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que o projeto beneficia instituições que colaboram para a capacitação de jovens e para o desenvolvimento local. Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que “faz bem” o poder público colaborar com instituições que criam oportunidades a milhares de jovens.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lembrou que as instituições de ensino assumem contrapartidas, como a migração para o sistema federal e a troca de parcelas das dívidas por bolsas de estudos.

## Curso de empregado poderá ser abatido

A empresa que pagar cursos de capacitação para os empregados poderá ter direito a desconto no Imposto de Renda Pessoa Jurídica. É o que prevê projeto de lei do senador Aécio Neves (PSDB-MG, foto) aprovado, ontem, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O valor gasto com esse objetivo não poderá ser computado como salário indireto para fins fiscais, trabalhistas, ou previdenciários.

A matéria (PLS 697/2011) agora será examinada pela Comissão de Assuntos Eco-



nômicos (CAE) em caráter terminativo.

De acordo com o projeto, o valor gasto com a qualificação de empregados poderá ser descontado do montante a ser pago a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Matrículas, mensalidades e

materiais didáticos podem ser incluídos.

Segundo Aécio, na justificativa do texto, as empresas que investem na qualificação de funcionários são prejudicadas, pois as leis previdenciárias e trabalhistas consideram os gastos com educação como salário indireto, de modo que devem ser contados no pagamento de contribuições para a Previdência. De acordo com o relator da matéria na CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), o projeto vai contribuir para aumentar a produtividade das empresas.

## Avança projeto que cria prêmio para homenagear cientistas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto que cria o Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação Ministro Renato Archer para homenagear pessoas e entidades que tenham contribuído para o avanço dos três setores no Brasil. O projeto (PRS 9/2014), de Luiz Henrique (PMDB-SC), vai para a Comissão Diretora.

O prêmio será dado anualmente e se dividirá entre as categorias Ciência, pela contribuição aos avanços no conhecimento científico

básico ou aplicado; Tecnologia, pelo desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos ou técnicas; e Inovação, pela criação de novo produto, processo ou serviço com destaque no mercado.

Renato Archer foi o primeiro ministro da Ciência e Tecnologia, entre 1985 e 1987

Será criado um conselho formado por membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão Senado do Futuro, que escolherá os agraciados.

## Rolleberg pede ajuda do governo para biblioteca do DF

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) fez um apelo ao governo federal para que o acervo da Biblioteca Demonstrativa de Brasília e suas atividades sejam transferidos para um novo espaço até a conclusão da reforma do prédio.

A primeira biblioteca pública do Distrito Federal, com 43 anos de atuação e cerca de 60 mil obras, foi interditada, há mais de dez dias, pela Defesa Civil por risco de desabamento e curto-circuito.

Semana passada, mais de 300 pessoas deram um abraço simbólico no prédio em defesa da biblioteca, que oferece ati-



vidades musicais e culturais.

Rolleberg solicitou uma audiência sobre o assunto com a ministra da Cultura, Marta Suplicy, e com o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Renato Lessa. Segundo ele, já estão em andamento as providências para a recuperação do prédio.

— Um apelo da população do DF é que o governo consiga outro espaço para que o acervo possa ser transferido temporariamente e que as atividades possam ter continuidade.

## Ferraço destaca título de melhor jornal regional para A Tribuna

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) parabenizou o jornal capixaba *A Tribuna* por ter sido eleito o melhor jornal regional do Brasil no 27º Prêmio Veículos de Comunicação, que foi entregue ontem pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo.

Para o senador, essa é a confirmação de uma trajetória de sucesso, superação e compromisso com a história do Espírito Santo há mais de 70 anos. Ele destacou

avanços e desafios do jornal, que também alcança regiões vizinhas no Rio de Janeiro, sul da Bahia e leste de Minas Gerais.

Ferraço atribuiu a liderança do jornal à competência profissional, investimento no parque gráfico, apelo popular e cobertura de todos os temas de interesse dos capixabas.

— É o reconhecimento da dedicação e do acerto de um time de profissionais de primeira qualidade que compõe essa equipe.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)



Na CPI da Petrobras, ex-presidente da estatal afirmou que refinaria nos EUA é lucrativa e que Dilma não foi responsável pelo negócio; oposição não compareceu à audiência

# Pasadena foi bom negócio, afirma Gabrielli

A PETROBRAS FEZ um bom negócio ao adquirir a refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006. A avaliação é do ex-presidente da empresa Sergio Gabrielli, ouvido ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras no Senado.

Gabrielli também isentou a presidente Dilma Rousseff, então presidente do Conselho de Administração da estatal, de qualquer responsabilidade individual pelo fechamento do contrato nos Estados Unidos.

De acordo com Gabrielli, a decisão pela compra da refinaria foi tomada pelos membros do Conselho de Administração, atendendo a estratégia da empresa na época de buscar refino no exterior.

— Não considero a presidente responsável pela compra de Pasadena. A responsabilidade é da diretoria da Petrobras e do Conselho de Administração, porque a decisão passou por todos os procedimentos internos. Essa é a questão-chave. É um processo de decisão que não é individualizado. Foi um processo coletivo — explicou.

Nenhum senador da oposição compareceu à reunião em que a CPI do Senado ouviu o ex-presidente da Petrobras.

## Preço

Segundo Gabrielli, a Petrobras se decidiu pelo negócio por causa da boa localização da refinaria, na entrada do Golfo do México, e da interligação com as redes de gasoduto e oleoduto. O preço, segundo ele, também foi atraente.

O ex-presidente da Petrobras



Relator e presidente da CPI, José Pimentel e Vital do Rêgo ouvem depoimento de Sergio Gabrielli, ex-dirigente da estatal

informou aos senadores que o custo total da negociação de Pasadena foi de US\$ 1,24 bilhão. Desse montante, apenas a refinaria, cuja capacidade de processamento é de 100 mil barris diários, custou US\$ 554 milhões.

— Dividindo o preço total pela capacidade, temos US\$ 5.540 por barril de capacidade de refino. Isso, na época da aquisição, era abaixo da média de mercado — destacou.

Além dos US\$ 554 milhões, a companhia brasileira desembolsou US\$ 340 milhões pela *trading* (empresa comercializadora) atrelada à refinaria. Somando juros e outras despesas, Gabrielli chegou ao valor de US\$ 1,24 bilhão.

O ex-presidente da estatal admitiu que em 2008, dois anos após o negócio, a crise financeira mundial e a descoberta de novas jazidas de petróleo nos Estados Unidos reverteram as vantagens financeiras da compra e

houve dificuldades até 2012. Ele afirmou, porém, que a situação mudou novamente no ano passado.

— A partir de 2013, ela volta a ser um bom negócio. Em 2014 ela é uma empresa lucrativa. Por quê? Porque tem petróleo disponível no Texas a preço baixo, leve e que pode ser processado em Pasadena. Pasadena pode, portanto, vender derivados no mercado americano com margem em torno de US\$ 30 a US\$ 40 por barril.

Segundo ele, a refinaria tem hoje 300 empregados e fatura em torno de US\$ 5 bilhões por ano.

## Campanha

O ex-presidente da Petrobras afirmou ainda que as cláusulas do contrato entre a Petrobras e a Astra Oil para a aquisição de Pasadena foram adequadas e de acordo com o perfil de negócios de grande porte.

Gabrielli chamou a atenção

para o que considera uma campanha para prejudicar a Petrobras. Segundo ele, há especuladores e também políticos interessados em diminuir o poder da empresa, especialmente após a descoberta do pré-sal.

— Já existem vazamentos do WikiLeaks que mostram conversas entre políticos brasileiros e diplomatas americanos colocando de forma clara que a prioridade é desmontar a lei que garante a Petrobras como operadora única do pré-sal brasileiro. São vazamentos, não sei se verdadeiros ou não, mas que mostram conversas entre certos políticos brasileiros e embaixadores e diplomatas americanos — disse.

Na saída do depoimento dado à comissão, Gabrielli acusou especificamente a oposição de “querer destruir a Petrobras”.

Ele disse que, se for preciso, comparecerá também à CPI Mista da Petrobras (formada

por senadores e deputados), que pode iniciar os trabalhos na próxima semana, mas não sabe o que terá a acrescentar.

— A CPI pode se transformar simplesmente em um espetáculo. A oposição quer criar um espetáculo. Acho extremamente perigoso. Acho condenável o comportamento da oposição. Está querendo destruir uma empresa sólida, bem administrada e com perspectiva de crescimento. Tentam dizer que a empresa está em uma crise que não existe. Há muita ficção nas ações da oposição.

## Ausências

Nenhum senador da oposição participou da audiência com Sergio Gabrielli.

Dois indicados, Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Wilder Moraes (DEM-GO), já haviam pedido a retirada de seus nomes como membros da CPI.

Cyro Miranda (PSDB-GO), que ainda integra a comissão formalmente, anunciou no Twitter ter percebido que a CPI do Senado é “chapa-branca e com cartas marcadas” e, por isso, resolveu não mais participar das reuniões. “Vou concentrar meus esforços na CPI mista”, escreveu.

O relator da CPI da Petrobras no Senado, José Pimentel (PT-CE), classificou a posição dos opositores de “desrespeito”.

— O que nós fizemos na instalação desta CPI foi cumprir uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que é resultado de um mandado de segurança encabeçado pelo senador Aécio Neves [PSDB-MG] pedindo a instalação desta CPI.

## “Refinaria Abreu e Lima não teve superfaturamento”

Na CPI da Petrobras, o ex-presidente da estatal Sergio Gabrielli assegurou não haver qualquer fundamento em denúncias de superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Ele explicou que os custos do empreendimento, orçados inicialmente em torno de US\$ 4 bilhões, vão chegar a US\$ 13 bilhões em função de uma série de fatores, inclusive a variação cambial.

— Nós vivemos de 2007 a 2011 uma apreciação do real, que caiu de R\$ 3,70 por dólar a R\$ 1,70. Só isso deve ter provocado alteração do custo em dólar desse projeto em cerca de 40%.

Gabrielli mencionou a necessidade de obras suplementares na refinaria e na região em que está localizada.

— Só o Porto de Suape, que é uma obra de entorno, custou US\$ 256 milhões à Petrobras — afirmou o ex-presidente, ressaltando que Abreu e Lima começará a funcionar ainda neste ano.

## “Críticas fazem parte de campanha da oposição”

Antes de encerrar o depoimento à CPI da Petrobras ontem, o ex-presidente da empresa Sergio Gabrielli saiu em defesa da estatal. Segundo ele, a petrolífera não pode ser considerada uma companhia em crise nem à beira da falência.

— Isso é campanha de oposição. Isso é luta política — afirmou, antes de começar a responder às dúvidas dos parlamentares.

Gabrielli ainda ressaltou que a Petrobras tem hoje 21 bilhões de barris de reserva e vale US\$ 90 bilhões. O executivo presidiu a empresa entre 2005 e 2011, durante o governo Lula. A compra da refinaria de Pasadena foi feita em 2006.

O negócio nos Estados Unidos foi questionado porque a estatal brasileira pagou US\$ 360 milhões por 50% de Pasadena, um valor bem superior ao pago um ano antes pela belga Astra Oil pela refinaria inteira.

## “Dilma não foi responsável por negócio nos Estados Unidos”

Ao explicar o processo de compra da refinaria de Pasadena, Sergio Gabrielli disse que a presidente Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e presidente do Conselho de Administração da companhia em 2006, não foi responsável pelo negócio. Ele disse que foi uma decisão colegiada. Confirmando a versão da atual presidente da Petrobras, Graça Foster, Gabrielli informou aos senadores que a compra foi feita com base num sumário executivo no qual não constavam referências às cláusulas Marlim e Put Option, que integravam o contrato.

A cláusula Marlim garantia à empresa belga Astra Oil, sócia da Petrobras, rentabilidade mínima de 6,9% ao ano. A Put Option obrigava a Petrobras a comprar a participação da Astra em caso de conflito entre os sócios.

A aquisição de 50% de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração em 2006, com base em resumo do então diretor Nestor Cerveró.



Nestor Cerveró, que será ouvido amanhã pelos senadores da CPI

## CPI do Senado ouvirá ex-diretor Cerveró amanhã

A CPI da Petrobras ouvirá amanhã o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró — o responsável pelo relatório recomendando a compra da refinaria de Pasadena, acatado pelo Conselho de Administração da estatal. A presidente da Petrobras, Graça Foster, deve depor na terça-feira.



A presidente da estatal, Graça Foster, deverá falar à CPI na próxima terça



Prazo para indicação pelos líderes partidários terminou ontem. No Senado, dois blocos aliados do governo não apresentaram escolhidos

# Renan poderá indicar nomes para a CPI Mista da Petrobras na terça-feira

O PRESIDENTE DO Congresso, Renan Calheiros, disse que tem até terça-feira para indicar os nomes dos parlamentares que faltam para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras. Os líderes partidários puderam apresentar nomes até ontem. No Senado, dois blocos parlamentares não fizeram as indicações: o Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL e PRB) e o da Maioria (PMDB, PP, PSD e PV). Na Câmara, apenas o PT não fez as indicações.

— Vou observar o mesmo prazo que eu observei na tramitação da Comissão

Parlamentar de Inquérito do Senado. Na terça-feira, se os partidos não indicarem, vamos indicar os nomes. A decisão judicial da CPI dos Bingos [de 2006] estabeleceu esse rito — afirmou Renan.

Ontem o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, leu os nomes dos deputados indicados pelo Pros: Marcio Junqueira (RR) como titular e Hugo Leal (RJ) como suplente. Com isso, já são 14 os deputados titulares indicados.

Segundo Renan Calheiros, a CPI mista poderá ser instalada na quarta-feira, com eleição do presidente, designação do relator e aprovação

do plano de trabalho.

— A instalação da CPMI é sempre automática, mas observados os ritos e respeitados os prazos. Basta que um líder não indique para não haver a instalação da CPMI — explicou Renan.

## Prazos divergentes

Para a oposição, o prazo de oito sessões da Câmara (cinco para indicação pelos líderes mais três para indicação pelo presidente do Congresso) já foi alcançado, porque deveria ser contado a partir de 23 de abril. Naquela data, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber decidiu por

uma CPI para investigar exclusivamente a Petrobras. O outro prazo aceito pela oposição seria de 24 de abril, quando foi publicada a decisão para criar a comissão. De acordo com a decisão de Renan, no entanto, o prazo começou a contar na última reunião do Congresso, em 7 de maio.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Antonio Imbassahy (BA), criticou a demora do PT em indicar deputados.

— Apenas o PT, passados 13 dias, não fez a indicação. Esse partido, que tanto proclamava pela ética e bons costumes, procura esconder as denúncias contra a Petrobras.

Para o líder do PT, deputado Vicentinho (SP), o PSDB fez demagogia.

— Eles também não assinaram a CPI do Senado. São dois pesos e duas medidas? Estamos no prazo para indicar os nomes — afirmou.

Em resposta a questão de ordem do senador Humberto Costa (PT-PE), que defendia a impossibilidade de duas CPIs sobre a Petrobras (a comissão formada somente por senadores e a comissão mista), Renan disse que há precedentes nesse sentido e que ambas preencheram os requisitos de instalação.

(Com Agência Câmara)

## Faltam indicações para a CPI Mista do Metrô de SP

O presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitou ontem, em sessão do Congresso, que as lideranças partidárias indiquem os nomes que vão compor a CPI Mista do Metrô.

A comissão deve apurar denúncias de formação de cartel, corrupção de autoridades e ilícitos em contratos de obras e manutenção de linhas de trem nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal.

A solicitação foi feita por Renan Calheiros durante sessão do Congresso Nacional destinada ao exame de vetos presidenciais. O PSDB já indicou os deputados Antonio Carlos Mendes Thame (SP) como titular da CPI mista e Bruno Araújo (PE) como suplente.

O pedido de criação da CPI Mista do Metrô foi apresentado pela base do governo no dia 7. De acordo com a justificativa apresentada para a criação da comissão, há indícios de que as empresas Siemens (alemã) e Alstom (francesa), entre outras, teriam formado cartel e corrompido agentes públicos.

## Gurgacz diz que o país melhorou e condena críticas

Acir Gurgacz (PDT-RO) citou os avanços do país nos últimos 15 anos e afirmou que a vida dos brasileiros agora é muito melhor do que há uma década. Assim, o senador disse acreditar que há interesses políticos e eleitorais por trás das notícias de que o Brasil está à beira de um abismo.

Além da melhoria na distribuição de renda e em índices da economia, o atual governo, disse Gurgacz, deu voz a milhares de brasileiros que historicamente foram excluídos das ações governamentais. Mesmo assim, ele reconheceu que é preciso melhorar ainda mais.

— Todos sabemos que o Brasil ainda tem enormes problemas, mas é nossa obrigação resolvê-los com coragem, otimismo, eficiência e responsabilidade. Tenhamos todos, então, responsabilidade com o Brasil, com as pessoas, principalmente as que mais precisam, para as quais fomos eleitos para trabalhar e melhorar as suas vidas — declarou.

Agência Petrobras



A gestão da estatal do petróleo será investigada por 16 senadores e 16 deputados a partir da instalação da CPMI

## Líderes decidirão nova regra para analisar vetos

Os líderes partidários da Câmara e do Senado vão se reunir hoje, às 15h, com o presidente do Congresso, Renan Calheiros, para definir uma nova forma de votar vetos presidenciais. Neste ano, o Congresso ainda não conseguiu analisar os vetos pendentes, seja pela falta de acordo ou pela falta de quórum. Há 14 vetos pendentes de análise. Na sessão da noite de ontem, o exame dos vetos foi adiado mais uma vez.

Renan chegou a sugerir que os vetos sejam votados por cédulas que identifiquem o nome do parlamentar. Assim, os deputados e senadores podem votar mais de um veto de uma só vez e o processo será concluído mais rapidamente. Pela proposta de Renan, apenas os vetos mais polêmicos seriam votados um a um, pelo painel eletrônico. A intenção, segundo ele, é tornar o processo mais ágil.

— Precisamos discutir a necessidade de votarmos por cédulas identificadas, já que, em várias votações, enfrentamos dificuldades para manter

o quórum ao longo da sessão” — disse Renan.

### Voto aberto

A forma de votação dos vetos foi alterada depois da promulgação da proposta de emenda à Constituição que acabou com o escrutínio secreto nessas votações. Com o voto secreto, todos os vetos eram inseridos em uma cédula e cada parlamentar depositava o voto em uma urna. Assim, o processo de votação demorava entre uma e duas horas (o tempo necessário para que um número expressivo de parlamentares depositasse o voto na urna).

Com o voto aberto, ficou estabelecida a votação de cada veto por meio do painel eletrônico, com apuração imediata. A votação de um dispositivo específico do projeto vetado poderia ser feita por meio de destaques. Isso exige que seja mantido o quórum mínimo de 257 deputados e 41 senadores ao longo de toda a sessão — um processo mais demorado. Na Câmara, por exemplo, cada votação nominal dura,

em média, uma hora. Assim, seriam necessárias 14 horas para vencer toda a pauta de vetos.

O deputado Danilo Forte (PMDB-CE) sugeriu que os líderes decidam também quais dos 14 vetos são consensuais e a possibilidade de votação em globo para vetos diferentes.

O líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), chamou a atenção para um detalhe que poderia atrapalhar a votação em globo: os senadores votam primeiro os vetos a um projeto de sua iniciativa e os

deputados só são chamados a votar se o veto for derrubado naquela Casa. O mesmo ocorre com os projetos de iniciativa da Câmara, em que os deputados votam primeiro e os senadores só votam se o veto for derrubado na Câmara.

Todos esses pontos serão discutidos na reunião de líderes. A não votação dos vetos pode comprometer o calendário da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma vez que os vetos trancam a pauta do Congresso para outras votações.



Renan Calheiros preside sessão do Congresso para apreciação de vetos

Moreira Mattiz/Agência Senado



Waldir Barreto/Agência Senado